

Neoliberalismo, Estado e Educação

Luis de Souza Cardoso¹

Resumo: O objetivo deste texto é apresentar sumariamente o processo de hegemonia do pensamento neoliberal na economia, particularmente latino-americana, nas últimas décadas do século XX, e suas consequências para o campo da educação superior, no caso brasileiro, no qual desencadeou intensa expansão da presença de empresas privadas e mercantis atuando nesse nível educacional, a partir da década de 1990.

Palavras Chave: Educação superior – Universidade – Neoliberalismo – Estado.

Abstract: The objective of this paper is to present briefly the hegemony process of neoliberal thinking particularly in Latin American economy, in the last decades of the twentieth century, and its significance to the field of higher education, in Brazilian case, which has unleashed intense expansion of private and commercial companies operating in this educational level, since the 1990s.

Keywords: Higher education – University – Neoliberalism – State.

Diversos críticos do neoliberalismo nas últimas décadas do século XX, apontam para as graves consequências da hegemonia deste com a imposição do “pensamento único”, do mercado, em que tudo é pensado por um viés economicista *stricto sensu*. Áreas fundamentais de atuação do Estado por meio do “fundo público” são afetadas decisivamente, causando na maioria dos casos malefícios à sociedade e particularmente às camadas mais necessitadas, a quem invariavelmente é negado o pleno gozo da cidadania. O desmonte de áreas fundamentais como a saúde, previdência e a educação, afeta com gravidade o desenvolvimento do projeto de Estado nação, relegando tudo ou quase tudo ao comando dos interesses privados e mercantis.

“Corremos o risco de nos precipitarmos para um mundo em que os ideais de justiça social, de solidariedade e de democracia acabem sendo apenas palavras ocas, pois não são precisamente os ideais necessários em um mundo em que tudo é medido economicamente”, declara Santomé (2003, p. 9) na introdução de seu estudo “A educação em tempos de neoliberalismo”.

Os anos 1970 e seguintes foram marcados pela retomada mundial das políticas neoliberais em quase todo o mundo. Esse processo está relacionado com a grande crise de acumulação capitalista vivida a partir dos países centrais e capilarizada para os países periféricos com força e intensidade. As consequências dessa crise foram muito mais sentidas por quem nada tinha que ver com as suas causas, os pobres, nas franjas do mundo.

O Brasil não ficou isento a esse movimento mundial de reestruturação capitalista, resultando por esse período o fim do “milagre econômico” e começo de um longo tempo de crise, cujas marcas ficaram evidentes no processo inflacionário brasileiro.

Desenvolveu-se a partir daí a chamada reconfiguração da atuação dos Estados na economia, impulsionando reformas de base, privatizações e redução máxima da influência do Estado nas economias (o “Estado mínimo”). No Brasil esse processo ocorreu mais intensamente a partir dos anos 1980 e com plenitude na década dos 90, como veremos adiante.

¹ Doutorando em Educação, na linha de pesquisa Políticas e Gestão Educacionais, pelo Programa de Pós graduação em Educação da Universidade Metodista de São Paulo (UMESP). luis.cardoso@metodista.br

O objetivo deste texto é apresentar sumariamente o processo de hegemonia do pensamento neoliberal nas últimas décadas do século XX, e suas consequências para o campo da educação superior, no caso brasileiro, onde se desencadeou intensa expansão das empresas privadas e mercantis atuando nesse nível educacional, sobretudo a partir da década dos 90.

Acerca do “pensamento único”

O teórico da comunicação Paul Watzlawick (1991, p. 7), afirmou que “de todas as ilusões a mais perigosa consiste em pensar que não existe mais que uma realidade”. E é precisamente isso que nos querem fazer crer os arautos do “pensamento único” e da hegemonia do mercado.

O “pensamento único”, espécie de “dogmatismo moderno”, como escreveu Ignacio Ramonet (1995) em editorial do *Le Monde Diplomatique*², é uma doutrina derivada do final da segunda grande guerra, quando os interesses de um conjunto de forças econômicas se estabeleceram no nível mundial, com pretensões de ditar as regras do jogo e fazer triunfar o capitalismo sobre outras alternativas de sociedade. Os acordos de Bretton Woods (1944) são o nascedouro e síntese dessa doutrina.

Nas décadas posteriores esse processo se desenvolve lastreado na atuação dos organismos multilaterais (Banco Mundial, FMI, etc.), com apoio dos principais órgãos de informação econômica que fizeram e fazem a cabeça do mundo contemporâneo (*The Wall Street Journal*, *The Financial Times*, *The Economist*, *Far Eastern Economic Review*, etc.), por meio da difusão ideológica de uma única via, sem alternativas, para o desenvolvimento econômico do mundo.

O princípio fundamental do “pensamento único” é a primazia do econômico sobre o político, como formula o ensaísta neoliberal Alain Minc, afirmando: “Não se pode derrubar o capitalismo. É o estado natural da sociedade. A democracia não é o estado natural da sociedade. O mercado, sim.” (RAMONET, 1995).

Além desse princípio central outros, dele derivados, são igualmente determinantes na constituição da doutrina: a supremacia do mercado livre e autorregulável; a competência e a competitividade; o livre intercâmbio de mercadorias e serviços; a mundialização da produção e dos fluxos financeiros; a divisão internacional do trabalho e o enfraquecimento sindical; a moeda forte; a desregulamentação da economia; as privatizações; etc. Cada vez menos Estado e mais mercado, indiferentemente dos custos humanos, sociais e ecológicos desse processo (RAMONET, 1995).

No período pós-guerra fria, com a queda do Muro de Berlim e dos regimes do leste europeu, o “pensamento único” ganhou nova força, pela propaganda do triunfo do capitalismo sobre o comunismo, tendo sido até mesmo proclamado “o fim da história”.

O “pensamento único” está diretamente relacionado ao modelo neoliberal de sociedade e as ideologias conservadoras dele derivadas. Tais ideologias vêm “condicionando os modos de pensar, formando pessoas com um sentido comum que legitima e naturaliza estruturas materiais e maquinarias de poder que têm uma gênese histórica e, portanto, podem ser transformadas e substituídas, se não satisfizerem ideais de equidade, de democracia e de justiça” (SANTOMÉ, 2003, p. 19). Portanto, é necessário não perder ou recuperar novamente a utopia transformadora do mundo e da realidade histórica, reatualizando a crítica ao que nos é imposto como única via, construindo novos e emancipados caminhos apesar das fortes pressões da ditadura do mercado.

² “Les nouveaux maîtres du monde - Pouvoirs fin de siècle”. Disponível em <<http://www.monde-diplomatique.fr/1995/05/RAMONET/1482>>.

Nesse sentido a verdadeira educação superior e a Universidade, jogam um papel de extrema importância nessa quadra histórica da humanidade e precisam estar abertas e arejadas para a liberdade do pensamento desinteressado, a construção do conhecimento crítico e responsável da realidade, transformando a própria realidade sob a égide da justiça social, da democracia, da ética, do compromisso com o humano e, sobretudo, com a vida.

O neoliberalismo e o ataque ao “Estado providência”

O neoliberalismo nasce no mesmo contexto do “pensamento único”, como reação teórica e política à intervenção dos Estados nas economias dos países europeus. A obra clássica dessa corrente do pensamento, “O caminho da servidão”, foi publicada em 1944 pelo economista austríaco Friedrich August von Hayek (1990).

Em 1947, Hayek organizou na Suíça a primeira reunião de economistas e outros intelectuais que aderiam a suas ideias e às da “Escola Austríaca” (Maurice Allais, Milton Friedman, Walter Lippman, Salvador de Madariaga, Wilhelm Röpke, Lionel Robins, Karl Popper, etc.).

Essa reunião que ocorreu deu origem à Sociedade Mont Pèlerin, “uma espécie de franco-maçonomia neoliberal, altamente dedicada e organizada, com reuniões internacionais a cada dois anos”, cujo “propósito era combater o keynesianismo e o solidarismo reinantes e preparar as bases de um outro tipo de capitalismo, duro e livre de regras para o futuro”, como se refere Perry Anderson (1992, p.10).

O pensamento de Hayek, em “O caminho da servidão”, é sintetizado pelo cientista político Reginaldo de Moraes (1998), como um:

...combate, provocativamente endereçado “aos socialistas de todos os partidos”, (...) não dirige seu fogo apenas contra os partidários da revolução e da economia globalmente planejada, mas a toda e qualquer medida política, econômica e social que indique a mais tímida simpatia ou concessão para com as veleidades reformistas, pretensões de ‘terceira via’, etc. (...) Sublinhemos ainda este traço que viria a ser marcante no fundamentalismo hayekiano: a insistência na necessidade de guardar intactos, radicalmente, os princípios da “sociedade aberta”, centrados numa implacável crítica do Estado-providência, tido como destruidor da liberdade dos cidadãos e da competição criadora, bases da prosperidade humana.

As principais ideias presentes no pensamento neoliberal são a supremacia do indivíduo sobre o coletivo (individualismo), a liberdade como condição indispensável para a máxima autorrealização do indivíduo e conseqüentemente o progresso para a sociedade, e a propriedade privada como direito natural do indivíduo. Todos estes princípios são derivados do liberalismo clássico e de certo modo reatualizados no pensamento neoliberal. No que diz respeito a sociedade e sua organização, preconiza:

- 1) redução da interferência do Estado na economia;
- 2) eliminação do poder dos sindicatos e dos movimentos de trabalhadores;
- 3) manutenção da desigualdade social como fator positivo de incentivo à concorrência;
- 4) austero controle dos gastos públicos, sobretudo com as despesas sociais;
- 5) elevação induzida da taxa de desemprego;
- 6) liberdade à autorregulação do mercado.

O neoliberalismo vai condenar a regulação do Estado na economia e prestação dos serviços pelo fundo público (condena assim o Estado Providência ou de Bem-estar Social). Combate a ação sindical, que é vista como entrave à liberdade da economia, pois, além dos sindicatos exigirem melhores salários aumentando assim o custo das mercadorias, requerem melhorias nos serviços públicos do Estado, interferindo, portanto, na dinâmica da autorregulação do capital.

E as funções fundamentais do governo são vistas só como instrumentais para os “jogos do mercado”, em sua quase plena liberdade. O governo deve ser apenas mediador e arbitral, cartorial e monetarista, suplementando exclusivamente aquilo que a iniciativa privada não possa resolver.

Milton Friedman, economista da Escola de Chicago, em sua obra “Capitalismo e Liberdade” (1988, pp.32,39), assim considera o papel do governo:

... não podemos contar somente com o costume ou com esse consenso para interpretar e pôr as regras em vigor; é necessário um árbitro. Esses são, pois, os papéis básicos do governo numa sociedade livre – prover os meios para modificar as regras, regular as diferenças sobre seu significado, e garantir o cumprimento das regras por aqueles que, de outra forma, não se submetem a elas. (...)

Um governo que mantenha a lei e a ordem; defina os direitos de propriedade; sirva de meio para modificação dos direitos de propriedade e de outras regras do jogo econômico, julgue disputas sobre a interpretação de regras; reforce contratos; promova a competição; forneça uma estrutura monetária; envolva-se em atividades para evitar o monopólio técnico e evite os efeitos laterais considerados como suficientemente importantes para justificar a intervenção do governo; suplemente a caridade privada e a família na proteção do irresponsável, quer se trate de um insano ou de uma criança; um tal governo teria, evidentemente, importantes funções a desempenhar.

Em suma, o pensamento e as políticas neoliberais são a firme tentativa de relegar ao Estado um papel coadjuvante, com interferência mínima ou desejavelmente sem qualquer interferência, bem como, afirmar em seu grau máximo a preponderância do mercado e da economia livre, como principais fatores de regulação da sociedade em todas as suas áreas, econômica, política e cultural. A racionalidade do mercado é assim plena e suficiente para ditar as regras dos jogos econômicos, sendo que quaisquer políticas públicas deverão ser medidas por esse viés, evitando toda e qualquer interferência estatal na liberdade do mercado.

O neoliberalismo no hemisfério sul

A partir dos anos 70, o Chile pós-golpe militar, tornou-se primeiro país do hemisfério sul a aplicar as teorias neoliberais, e de acordo com Anderson (2000, p.19) foi também “testemunha da primeira experiência neoliberal sistemática no mundo”.

Com o golpe de 11 de Setembro de 1973, adotou-se de imediato o programa econômico conhecido como “*El Ladrillo*”³.

³ As bases desse processo remontam a 1956, quando a PUC de Santiago firmou convênio com a Universidade de Chicago, visando à formação de economistas chilenos com rigoroso treinamento nas Ciências Econômicas desenvolvidas na universidade norte-americana. O programa evoluiu e em dois anos já produziu efeitos impactantes e prestígio acadêmico para a PUC. No começo dos anos 1970, o prestigiado grupo de economistas da PUC, que ficou conhecido como os *Chicago boys*, foi convidado

O balanço da iniciativa, cuja propaganda ideológica denominou “milagre chileno” (o próprio Milton Friedman assim se referia), mostrou quem em 15 anos o que ocorreu em termos econômicos foi a queda do PIB em 6,4%, a elevação do desemprego para 22% (1982), os salários com declínio de 42% e quando o regime caiu (1990), mais de 38% da população chilena estava abaixo da linha de pobreza. A previdência social, a educação e outros serviços estatais tornaram-se praticamente privados e perto da metade dos cidadãos chilenos hoje não têm qualquer tipo de seguridade social. A educação em todos os níveis é parcial ou totalmente paga.

Em 2006, os estudantes secundarista, revoltados contra o processo de privatização da educação desde os tempos da ditadura, mantido pelos governos democráticos, explodiram na mobilização que ficou conhecida como a “Revolta dos Pinguins”.

Eles reivindicavam gratuidade no exame de seleção para a universidade, passe escolar grátis e sem restrição de horário para o transporte municipal, melhorias e aumento da merenda escolar e reformas nas instalações sanitárias das escolas, em péssimo estado na maioria delas.

Essa revolta deu vazão ao debate sobre a educação, produzindo adesão de outros agentes políticos – as agremiações de pais, sindicatos docentes e políticos do país, desencadeando uma conjuntura que resultou, mais tarde, na adoção de uma nova Lei Geral de Educação em substituição da anterior Lei Orgânica Constitucional de Ensino, do governo ditatorial. O relato e análise desse processo estão bem documentados por Dagmar Zibas (2008), no artigo “*A Revolta dos Pinguins’ e o novo pacto educacional chileno*”.

Apesar de todos os avanços que foram conquistados em termos de resultados nas avaliações, como por exemplo, no exame do PISA, que colocou os estudantes chilenos em primeiro lugar no continente (2005), o que temos testemunhado recentemente na imprensa são as repetidas convulsões do setor, com longas greves de professores e intensos protestos de estudantes, como as ocorridas no ano passado e neste. A educação chilena, sobretudo a de nível superior, restou completamente privatizada pela imposição neoliberal.

Fazendo um balanço dessas décadas do neoliberalismo, no seminário “Pós-neoliberalismo – as políticas sociais e o Estado democrático” (1994), Anderson (2000, pp. 22-23) apresentou a seguinte conclusão desse período:

Economicamente, o neoliberalismo fracassou, não conseguindo nenhuma revitalização básica do capitalismo avançado. Socialmente, ao contrário, o neoliberalismo conseguiu muitos dos seus objetivos, criando sociedades marcadamente mais desiguais, embora não tão desestatizadas como queria. Política e ideologicamente, todavia, o neoliberalismo alcançou êxito num grau com o qual seus fundadores provavelmente jamais sonharam, disseminando a simples ideia de que não há alternativas para os seus princípios, que todos, seja confessando ou negando, têm de adaptar-se a suas normas.

O caso do Brasil

Emir Sader (1999, p.112), em seu artigo “Brasil: uma história de pacto entre elites”, chamou atenção para o fato de que a implantação das políticas neoliberais no Brasil ocorreu mais intensamente só na última década do século XX, por ele designado como um “neoliberalismo tardio”.

para elaborar o programa econômico do candidato Jorge Alessandri Rodríguez à presidência do Chile. (CEP. 1992, p.7)

Embora tal afirmação seja comprovável, reconhecemos também com Francisco de Oliveira (2000, pp.24-25), que as políticas econômicas adotadas nas décadas anteriores já estavam criando um ambiente propício. De acordo com Oliveira, desde “a ditadura começou o processo de dilapidação do Estado brasileiro, que prosseguiu sem interrupção no mandato ‘democrático’ de José Sarney” (1985-1989) e “propiciou o clima para que a ideologia neoliberal (...) encontrasse terreno fértil para uma pregação antissocial”.

Durante os 20 anos da ditadura militar (1964-1984) o país foi aos poucos se aprofundando em pesado endividamento externo, embora esses governos ainda mantivessem, mais ou menos, o espírito nacionalista e o discurso de “modernização” do país, sob interferência do Estado. Entretanto, já no final desse período com o agravamento da crise do país, em 1979, no Governo Figueiredo, inicia-se o “processo de reestruturação do setor público” com o Programa Nacional de Desburocratização (Decreto 83.740/89) e a criação da Secretaria Especial de Controle de Empresas Estatais (SEST). Dentre as atribuições estava diminuir o peso da interferência estatal nas atividades que deveriam estar no controle da iniciativa privada e, no programa de desburocratização, fortalecer o sistema da livre empresa, favorecendo as pequenas e médias, consolidando e capacitando as grandes para futuramente receberem os encargos e atribuições que das empresas estatais. Até o final do governo Figueiredo foram privatizadas 20 estatais, dentre elas três do ramo editorial – Livraria José Olympio Editora, Encicena Audiovisual e Sidacta, na época ligadas ao BNDES (ALMEIDA, 2010, pp. 184-187).

Nas duas primeiras décadas pós-ditadura, com intensidade o Brasil passou a enfrentar um processo de desmonte do Estado, conforme as recomendações dos organismos multilaterais (FMI, Banco Mundial e BID), que controlavam o país imerso em profundo endividamento externo.

Com a eleição de Collor de Mello, num período de 30 meses (1990-1992), foram tomadas diversas iniciativas de privatização e desmonte do Estado. Em abril de 1990, foi criado o Programa Nacional de Desestatização (Lei 8.031), em cujos objetivos os seguintes sintetizam bem as intenções e extensão:

I – reordenar a posição estratégica do Estado na economia, transferindo à iniciativa privada atividades indevidamente exploradas pelo setor público; (...)

V – permitir que a administração pública concentre seus esforços nas atividades em que a presença do Estado seja fundamental para a consecução das prioridades nacionais; (BRASIL, 1990).

As privatizações avançaram pelos setores siderúrgico, petroquímico e de fertilizantes, entretanto, logo também foram incluídos importantes serviços como as telecomunicações e os setores elétrico e petrolífero.

As ideias de reordenamento da posição estratégica do Estado na economia indicavam a clara intenção de redução da sua participação e interferência na economia, particularmente naqueles setores nos quais, em tese, isso seria desnecessário, visto que a iniciativa privada poderia atuar de forma melhor, mais eficiente e eficaz. Essa posição mostrava-se coerente com a inspiração econômica neoliberal que ampliava seu domínio no pensamento do país.

A ideia de um Estado mínimo presente no inciso V da citada lei, se justificava positivamente mediante a promessa de que a desestatização proporcionaria uma boa possibilidade de melhor atuação do Estado e da administração pública naquelas atividades fundamentais e prioritárias, de caráter social. Isso coincidia com a plataforma de campanha de Collor de Mello, que se autoidentificou como um governo

para os “descamisados” e “trabalhadores pobres”. Contudo, essa perspectiva comprovou-se uma falácia em vista da precarização que apresentaram nos anos seguintes os setores de extrema importância da atuação do Estado, a saúde, previdência e educação.

Outras iniciativas neoliberais do governo Collor foram a abertura do mercado interno às importações de produtos fabricados no exterior e a liberdade para ingresso de capital estrangeiro no país, seguido da desregulamentação de diversos setores industriais, forçando o parque industrial a baixar os seus preços, obviamente repercutindo em altas taxas de desemprego (conforme o IBGE o desemprego subiu no período de 4,6% para 7,2%, cerca de 57%, chegando posteriormente a 8,3%). Com o Plano Collor o Brasil iniciava o maior período recessivo de sua história com fechamento de muitas empresas e considerável queda na produção. Em 1993, o Brasil alcançou o mais alto patamar de inflação de sua história, 2.579,30% no ano, tal foi o resultado do desordenamento da economia nacional.

Com o país imerso em considerável crise o novo dirigente que assumiu o governo, Itamar Franco, nomeou o então Senador Fernando Henrique Cardoso para a pasta da Fazenda. Este começou a preparar o país para em julho de 1994, receber um novo pacote monetarista, o “Plano Real”. No período de 1990 a 1995, abrangendo os governos Collor e Itamar, foram privatizadas 41 empresas estatais.

No período seguinte, do governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2003), foi criado o Conselho Nacional de Desestatização (Lei 9.491/97), que refletia recomendações do Consenso de Washington e do FMI, visando a promover ampla desestatização do Estado. Nesse período foram privatizadas 15 estatais, dentre elas a Vale do Rio Doce, diversos bancos e foram quebrados os monopólios estatais das telecomunicações e energia elétrica.

Mas, possivelmente a principal iniciativa a ser notada no início do primeiro governo de FHC foi a criação do MARE – Ministério da Administração Federal e da Reforma do Estado, cujo nome indica a finalidade, ou seja, reforma do aparelho do Estado, na linha de redução do seu espaço e da extensão de sua atuação. Na análise de Bresser Pereira (1997, p. 27), primeiro ministro a assumir a pasta em 1995, “Nos anos 90, embora o ajuste estrutural permaneça entre os principais objetivos, a ênfase deslocou-se para a reforma do Estado, particularmente para a reforma administrativa” e a grande questão que agora se coloca é “como reconstruir o Estado – como redefinir o novo Estado que está surgindo em um mundo globalizado”. Valdemar Sguissardi e João dos Reis Silva Jr. (2001), em “Novas faces da Educação Superior no Brasil – Reforma do Estado e mudanças na produção”, fazem uma análise pormenorizada desse período e particularmente focalizam o impacto da reestruturação produtiva e reconfiguração/reforma do Estado para a educação superior do país, pública e privada.

As consequências das ações desse longo período, desde a década dos 70, continuam a ter ressonância nos tempos atuais e certamente para o futuro. Por exemplo, no campo da educação superior com a ampla atuação da iniciativa privada, sobretudo das instituições privadas *stricto sensu*, de caráter empresarial e lucrativo.

Educação e mercado não rima

O pensamento neoliberal tem por ideal que a educação seja oferecida por instituições privadas, pagas por quem nelas ingressar, ou seja, a educação com caráter de mercadoria. Admite, porém, que haja algum nível de subsídio do Estado, em função do interesse de ter cidadãos educados para o trabalho, e de que nem todas as famílias podem arcar completamente com os custos de um “nível mínimo” de educação. Entretanto, o que não abre mão é de que a educação seja oferecida por estabelecimentos privados “aprovados” pelo Estado, por seu papel regulador fiscalizador, ou seja, escolas “empresas”, como explicitamente se refere Friedman (1985, p. 89):

O governo poderia exigir um nível mínimo de instrução financiada, dando aos pais uma determinada soma máxima anual por filho, a ser utilizada em serviços educacionais “aprovados”. Os pais poderiam usar essa soma e qualquer outra adicional, acrescentada por eles próprios, na compra de serviços educacionais numa instituição “aprovada” de sua própria escolha. Os serviços educacionais poderiam ser fornecidos por empresas privadas operando com fins lucrativos ou por instituições sem finalidade lucrativa.

Quanto à educação superior, considerando o argumento de que ela traz benefícios econômicos pessoais ao indivíduo, pois “aumenta a produtividade econômica do estudante” (FRIEDMAN, 1985, p. 85), não se justifica que seja subsidiada pelo Estado. Trata-se do entendimento de que a educação superior é um investimento pessoal e por isso o Estado não deve subvencioná-la. O neoliberalismo transformar então tudo em *mercadoria*, a sociedade em *indivíduos* e os cidadãos em *consumidores*.

Na prática esse processo de mercadorização da educação tem muitos desdobramentos e é uma ambição mundial dos próprios países produtores do conhecimento. Tramita na Organização Mundial do Comércio (OMC), no contexto do *General Agreement on Trade in Services (GATS)* uma proposta que visa ao reconhecimento da educação como “serviço” comercializável (*mercadoria*), e, com isso, a liberalização dos mercados dos países membros para circulação dessa “mercadoria”, cujo potencial produtivo dos países ricos é grande.

Contra essa visão neoliberal da educação, o filósofo húngaro, professor emérito da Universidade de Sussex, Isteván Mészáros (2005) sustenta que a educação não é um “negócio”, mas sim “criação”, que não deve qualificar para o “mercado”, mas para a “vida”. Ivana Jinkings apresentando o livro “A Educação para além do Capital”, destaca o desafio que Mészáros lança aos educadores, para pensarem uma sociedade e uma educação tendo como parâmetro o ser humano, superando a lógica desumanizadora do capital, que tudo transforma em mercadoria, que tem no individualismo, no lucro e na competição os seus fundamentos. Mészáros (2005, p.9), citando Gramsci, diz que “educar é colocar fim à separação entre o *Homo faber* e o *Homo sapiens*; é resgatar o sentido estruturante da educação e de sua relação com o trabalho, as suas possibilidades criativas e emancipatórias.” Ao contrário do pensamento neoliberal, no qual educação transforma-se mera transferência de conhecimentos e instrução, no pensamento revolucionário a educação é “conscientização e testemunho de vida”, ou seja, “é construir, libertar o ser humano das cadeias do determinismo neoliberal, reconhecendo que a história é um campo aberto de possibilidades.” É buscar a superação da alienação e forjar uma consciência crítica, transformadora do mundo, livre para ser mais.

Alguns sinais das políticas neoliberais na educação superior brasileira

1. O “desmonte” da educação superior pública no Brasil: é o primeiro sinal que favorece os interesses privados. Recente estudo divulgado pela Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico – OCDE (2012) revelou que entre 2000 e 2009 o investimento brasileiro em universidades caiu 2% e não acompanhou o crescimento de 67% do número de matrículas no mesmo período. Isso se reflete na precarização das condições de trabalho dos professores, na infraestrutura inadequada e no precário atendimento ao estudante. Nesse estudo a OCDE colocou o Brasil na vigésima terceira posição de 29 países, com 0,8% do PIB aplicado na educação. Já em pesquisa e desenvolvimento a situação é bem pior, sendo o último de uma lista de 36 países, com 0,4% do PIB, atrás dos demais países do grupo BRIC.

2. Expansão do ensino superior privado no país: simultaneamente a precarização da universidade pública, vemos o aumento gigantesco das matrículas e dos números, de modo geral, no setor privado da educação superior, em que muitas destas instituições atuam no limite da qualidade acadêmica ou abaixo dela. O último censo publicado pelo INEP (abril 2013), com dados consolidados de 2011, revela quanto ao **número de IES no país**, que das 2.365 IES, 88% são privadas e 12% são públicas (4,3 % federais; 4,7% estaduais; 3% municipais). Do total, somente 190 são Universidades, ou seja, somente 8% do sistema superior estão obrigados à pesquisa (Art. 207 CF); as demais organizações acadêmicas (Centros Universitários e Faculdades) estão desobrigadas desse quesito. Deste grupo de Universidades, 102 são públicas e 88 privadas. Mas, o que mais chama a atenção é que a imensa maioria das instituições privadas de educação superior são Faculdades, 2.004 instituições, 84,7% do total de IES, sendo 135 públicas e 1.869 privadas. Na distribuição por região a concentração continua no Sudeste, com 1.150 IES, 49,9%, seguido de 18,2% (432) no Nordeste, 16,4% (389) no Sul, 9,9% (235) no Centro-Oeste e 6,4% (152) no Norte. Quanto ao **número de matrículas**, o censo registrou 6.739.689 na graduação, com um crescimento de 5,6% em relação a 2010, sendo que a modalidade presencial responde por 85,3% e a EAD 14,7% das matrículas. Quanto à **distribuição das matrículas**, 80,8% dos estudantes estão nas IES privadas e apenas 19,2% nas públicas. Em 2002 essa distribuição era 69,8% nas IES privadas e 30,2% nas públicas, o que por si só demonstra a expansão da rede particular na educação superior, sendo que nessa categoria a maior parte das instituições é privada *stricto sensu*, ou seja, comerciais.

3. Também o ingresso de instituições privadas internacionais no país e consolidação dos grandes grupos é um fator preocupante: Recentemente testemunhamos a fusão dos Grupos Kroton e Anhanguera (ambos com capital estrangeiro), dando origem ao maior conglomerado educacional do mundo, com cerca de um milhão de estudantes (o que corresponde a cerca de 14% das matrículas do sistema de educação superior), com uma receita bruta de R\$ 4,3 bilhões ano e uma economia de escala da ordem de R\$ 150 a 300 milhões ano, gerando uma capacidade de investimento de R\$ 262,2 milhões. Somem-se a esse mega grupo mais 9 outros grupos educacionais que estão hoje operando na Bolsa de Valores e fazendo da educação o seu “negócio”, provavelmente na sua maioria com investimentos de capital externo.

Poderíamos ainda enumerar diversos outros aspectos, porém, esses já são suficientes para mostrarmos que há evidências suficientes que apontam para os interesses neoliberais mercantilistas em educação superior brasileira.

Considerações finais

Vimos em síntese como surgiu e se expandiu o “pensamento único” neoliberal, empenhado em reduzir a atuação do Estado e medir tudo pelo econômico, transformando tudo em mercadoria nas últimas décadas. Assim também, como esse pensamento e a prática dele derivada afetou e afeta o campo da educação superior, produzindo um contexto em que a universidade se descaracteriza dos seus fundamentos de educar para o sentido da vida, de perguntar-se desinteressadamente pelo fundamento de todas as coisas, sem a preocupação imediata com a instrumentalidade do mercado.

Torna-se imperativo o desafio aos educadores deste tempo a luta pelo resgate das utopias e do espaço devido à educação superior no sentido mais profundo do termo: acima de quaisquer interesses imediatos educar para ser mais, educar para a liberdade, educar para a aquisição de uma consciência crítica da realidade e transformadora desta realidade, não se deixando sucumbir pelas forças alienantes e opressivas do mercado e do “pensamento único”. Outra realidade é possível, outro mundo é possível.

Referências

- ALMEIDA, M.P. *Reformas Neoliberais no Brasil: a privatização nos Governos Fernando Collor e Fernando Henrique Cardoso*. 2010. 427 f. Tese (Doutorado em História). Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010. Disponível em <www.historia.uff.br/stricto/td/1263.pdf>. Acesso em 1 jun 2013.
- ANDERSON, P. Balanço do neoliberalismo. In: GENTILI, P.; SADER, E. (Orgs.). *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. 5ª.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.
- BIANCHETTI, R.G. *Modelo neoliberal e políticas educacionais*. São Paulo: Cortez, 1997.
- BRASIL. *Lei Federal n.º 8.031*, de 12 de abril de 1990. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8031imprensa.htm>. Acesso em 18 maio 2013.
- CEP (Edit.). *El Ladrillo: Bases de la Política Económica del Gobierno Militar Chileno*. Santiago de Chile: Centro de Estudios Públicos, 1992. Disponível em: <http://www.cepchile.cl/dms/lang_1/cat_794_inicio.html>. Acesso em 18 maio 2013.
- CUNHA, L.A.R. *Educação e Desenvolvimento Social no Brasil*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975.
- FRIEDMAN, M. *Capitalismo e liberdade*. 3ª. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988.
- HAYEK, F.V. *O Caminho da Servidão*. 5ª. ed. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1990. Disponível em: <www.ordemlivre.org/wp-content/uploads/hayek-ocaminhodaservidao.pdf>. Acesso em 18 maio 2013.
- INEP. *Resumo Técnico Cento da Educação Superior 2011*. Abril 2013. Disponível em <<http://censosuperior.inep.gov.br/resumos-tecnicos>>. Acesso em 1 jun 2013.
- MÉSZÁROS, I. *A Educação para além do Capital*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2005.
- MORAIS, R.C.C. Liberalismo e neoliberalismo: uma introdução comparativa. In: *Primeira Versão*. n.º 73. Campinas: IFCH-Unicamp, 1997. pp.1-30. Disponível em <www.cefetsp.br/edu/eso/globalizacao/libneolibcompa.html>. Acesso em 20 out 2003.
- OCDE. *Education at a Glance 2012: OECD Indicators*. 11 Set 2012. Disponível em <<http://www.oecd.org/edu/eag2012.htm>>. Acesso em 1 jun 2013.
- PEREIRA, L.C.B. Estratégia e estrutura para um novo Estado. In: *Revista de Economia Política*. v. 17, n. 3-67, pp.24-38, Jul/Set 1997.
- RAMONET, I. O pensamento único e os novos senhores do mundo. In *Le Monde Diplomatique*, maio, 1995. Disponível em <<http://www.monde-diplomatique.fr/1995/05/RAMONET/1482>>. Disponível em português em <www.culturabrasil.org/pensamentounico_ramonet.htm>. Acesso em 1 jun 2013.
- SANTOMÉ, J. T. *A educação em tempos de neoliberalismo*. Porto Alegre: Artmed, 2003.
- WATZLAWICK, P. *A realidade é real?*. Lisboa: Relógio d'Água, 1991.
- ZIBAS, D.M.L. “A Revolta dos Pingüins” e o novo pacto educacional chileno. *Revista Brasileira Educação*. vol. 13, n.º. 38, Ago 2008. pp.199-220. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v13n38/02.pdf>>. Acesso em 18 maio 2013.

Recebido para publicação em 11-05-13; aceito em 14-06-13